

Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972

Janaina Martins Cordeiro
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ABSTRACT

This paper aims to analyze the construction processes of the social consensus around the Brazilian dictatorship after 1964. Considering that the consensus is a fickle, plural and diversified process, I start from the assumption that its nature throughout the years did not remain stable, acquiring specific characteristics in different moments. Therefore, in this present work I will specifically address the nature of the social pact during the early 70's, when the General Emílio Garrastazu Médici was the current president. To do so, I took as a reference the civic events to celebrate the 150 years of the Independence of Brazil that occurred between April and September of 1972.

Keywords: Brazil; dictatorship; consensus; memory; commemoration

Este artigo analisa os processos de construção do consenso social em torno da ditadura civil-militar brasileira pós-1964. Considerando que o consenso é um processo mutável, plural e diversificado, parto do suposto de que sua natureza ao longo dos anos não se manteve estável, adquirindo características específicas em momentos diferentes. Portanto, neste trabalho abordarei especificamente a natureza do pacto social durante os primeiros anos da década de 1970, quando ocupava a presidência o General Emílio Garrastazu Médici. Para tanto, tomei como referência as festas cívicas em comemoração aos 150 da Independência do Brasil, ocorridas entre abril e setembro de 1972.

Palavras chave: Brasil; ditadura; consenso; memória; comemorações

Introdução

Em 31 de março de 1964, um golpe de Estado orquestrado por importantes líderes civis e militares brasileiros, levado a cabo pelas Forças Armadas e amplamente apoiado por setores conservadores da sociedade, colocou fim ao governo reformista e democraticamente eleito do Presidente João Goulart¹. Seguiu-se cerca de 21 anos² de ditadura *militar e civil*, período no qual cinco generais revezaram-se, através de eleições indiretas, no cargo de Presidente da República do Brasil. O Congresso sofreu diversos expurgos e foi fechado inúmeras vezes; os partidos políticos existentes, dissolvidos e substituídos por outros dois: o da situação e o da oposição... *consentida*.

Cedo a censura à imprensa se estabeleceu e a perseguição aos inimigos do regime tornou-se intensa. Aos opositores, principalmente aos jovens adeptos do enfrentamento armado, restaram as perseguições, a cadeia, o exílio e a morte. A tortura era, então, a regra e não a exceção nos cárceres do regime. Uma política de Estado, a qual, no entanto, não fora inaugurada pela ditadura dos anos 1960 e de cujas marcas, não seria fácil se livrar, mesmo com o advento da democracia.

No Brasil, as histórias sobre o arbítrio do regime pós-1964, bem como sobre a brava resistência a ele são bastante conhecidas. Ainda nos anos 1980, quando o país vivia o lento processo de redemocratização, os mais diversos tipos de memórias daqueles que sobreviveram ao arbítrio começaram a vir à tona. Contavam suas experiências, as lutas travadas, as derrotas sofridas, os companheiros perdidos, a cadeia, o pau-de-arara, os exílios, as auto-críticas, enfim, a sobrevivência. Os relatos de testemunhas se multiplicavam, fruto, ao mesmo tempo, da necessidade de falar e, afinal, de *serem ouvidas*, de encontrar na sociedade, que agora se democratizava, espaço para partilhar sua dor, sua experiência.

Simultaneamente, importantes – porém poucas – organizações da sociedade civil como o grupo Tortura Nunca Mais se firmaram, transformando-se em espaço de denúncia dos chamados – não sem razão – *anos de chumbo*. Livros, filmes, teses e dissertações acadêmicas... Diversos setores da sociedade civil voltaram suas atenções para as *vítimas* do regime, numa tentativa, ao mesmo tempo, de *desvendar* e *reescrever* o passado, tendo em vista o contexto favorável da redemocratização, do retorno dos exilados ao país e da libertação da maioria dos presos políticos. Hoje, o atual contexto de criação – tardia – da Comissão Nacional da Verdade reatualiza, de alguma forma, este movimento.

Desse ponto de vista, muito se sabe a respeito da história dos grupos que lutaram contra a ditadura. As *resistências* ao regime, embora restritas a setores muito específicos da sociedade, têm sido fartamente analisadas por trabalhos acadêmicos, pela memorialística, pelo cinema, enfim, pelos mais diversos canais de expressão da memória coletiva. Pouco se sabe, todavia, sobre os apoios, as

¹ As propostas contidas neste artigo fazem parte de uma reflexão mais ampla, desenvolvida no âmbito de minha tese de doutorado, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

² É importante observar que, alguns autores vêm contestando o ano de 1985, ano da eleição – indireta – do primeiro presidente civil desde 1964, como o marco final da ditadura. De acordo com Daniel Aarão Reis, por exemplo, o estado de exceção propriamente dito teria chegado em 1979, com o fim dos Atos Institucionais, o fim da censura à imprensa e a instituição de uma Lei de Anistia. A partir daí, um longo período de transição democrática teria se aberto e terminou somente em 1988, com a elaboração da Constituição democrática. Cfr. Aarão Reis [No prelo].

admirações entusiasmadas e as simpatias tímidas, às vezes silenciosas – mas nem por isso pouco importantes – que a ditadura foi capaz de despertar ao longo de toda sua existência.

Ao longo das últimas décadas, simultaneamente ao processo de afirmação da *resistência* ao regime como *memória nacional*, constituiu-se um enorme silêncio sobre as bases sociais de sustentação da ditadura. Apenas recentemente, alguns estudos vêm enfrentando o tema dos apoios recebidos, das formas a partir das quais a ditadura brasileira alcançou graus expressivos de legitimidade, valendo-se não apenas da coerção – essencial, é verdade, para a manutenção de um regime autoritário – mas contando, com o consentimento tácito ou explícito de parcelas expressivas da sociedade.

Este artigo pretende, portanto, ser uma pequena contribuição neste sentido. Fruto dos estudos e discussões realizados em minha tese de doutorado, propõe uma análise da formação do *consenso social* em torno da ditadura civil-militar. Mais especificamente, interessa-me compreender a natureza deste consenso durante os anos de 1969 e 1974, período em que governou o país o terceiro General-Presidente, Emílio Garrastazu Médici.

Normalmente identificado ao período de maior repressão e violência do regime, este foi também o momento em que a ditadura brasileira foi mais popular. No plano econômico, foram anos de grande prosperidade, o tempo do *Milagre brasileiro*, quando os índices de crescimento econômico chegavam a 10% ao ano. Grandes obras foram previstas – e muitas realizadas –, criando, país afora, um clima de grande euforia. Falava-se – e a propaganda oficial potencializava este discurso – nas possibilidades de construção do *Brasil potência*. O Presidente Médici foi admirado por muitos e querido por tantos outros. Uma vasta onda ufanista tomou conta do país. Algo muito semelhante, sob diversos aspectos, ao que ocorrera no país na segunda metade da década de 1950, durante os *anos dourados* do governo Juscelino Kubitschek.

De um modo geral, quando se estuda o governo Médici, as atenções tendem a se voltar para dois aspectos específicos: a *repressão*, que se abateu intensamente sobre os grupos de oposição armada, levando à sua aniquilação quase absoluta e a *propaganda*, a qual, de acordo com o senso comum, seria sedutora, toda-poderosa, enganadora, verdadeiro *ópio* que entorpeceu a sociedade naqueles anos. Desse ponto de vista, o *Milagre brasileiro* não passaria de uma política econômica concentradora de renda e os entusiasmos que provocou, a onda ufanista que ajudou a alimentar não passariam de *manobras* da propaganda *super-poderosa*. Ao mesmo tempo, o senso comum reafirma a ideia dos *porões da ditadura*, ou seja, determinados eventos como a tortura e morte de opositores aconteceram sem que a sociedade soubesse de nada.

Assim, estabelece-se como memória coletiva da época um governo repressor e manipulador e uma sociedade cujo comportamento oscilava entre a ignorância/inocência e a vitimização. Todavia, embora a repressão tenha sido especialmente dura nesse período, não se pode compreender a ditadura civil-militar brasileira em sua complexidade se considerarmos apenas este aspecto – volto a afirmar, essencial – do regime. Menos ainda seria possível compreendê-la se partirmos de uma visão simplificadora da propaganda. É preciso considerá-la como elemento capaz de potencializar sentimentos e atitudes já presentes na sociedade. O sucesso de uma boa propaganda reside em sua capacidade de diálogo com valores e tradições já arraigados na sociedade.

Esse artigo pretende, portanto, indicar algumas questões para que possamos melhor compreender os *Anos de chumbo* também pelo viés dos *anos de ouro*, tendo em vista que o período foi sentido para segmentos expressivos da sociedade desta segunda maneira. A ideia é tentar compreender as formas a partir das quais a ditadura – particularmente no momento em que ela foi mais violenta – conseguiu estabelecer diálogos com antigas tradições nacionais, estabelecendo pontes entre presente, passado e futuro. Ao mesmo tempo, pretende-se esboçar um estudo sobre a memória social construída sobre a ditadura a partir do processo de redemocratização.

Tomo especificamente o período do governo Médici, período de grande popularidade do regime e também de maior violência. São conhecidos sobre este período, e normalmente analisados pelo viés da *propaganda manipuladora*, eventos como o Tri-Campeonato Mundial de Futebol do Brasil em 1970 e uma série de outras vitórias esportivas, a construção da rodovia Transamazônica e de outras grandes obras como a Ponte Rio-Niterói. Os números do *Milagre* também chamam atenção. Não obstante, tomo como referência principal para construir minha análise sobre a natureza do consenso social durante os anos Médici as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, realizadas com pompa ao longo de todo o ano de 1972. Silenciada pela memória coletiva, como veremos na última parte do texto, as festas constituem espaço privilegiado não apenas para compreendermos as complexas relações estabelecidas entre ditadura e sociedade, mas também como, em função das demandas do tempo presente, a sociedade tenta se desvincular, pelo silêncio, das suas relações com o passado ditatorial.

O país do futuro

31 de dezembro de 1971. O General Emílio Garrastazu Médici completava o segundo ano de seu mandato e aproveitava a data para enviar mensagem de Ano Novo à sociedade brasileira. Naquele ano, seu discurso era especialmente otimista. Dirigindo-se à Nação em rede nacional de rádio e televisão, declarava, solene:

A Nação tem hoje a tranqüila consciência de sua grandeza, em termos realistas, possíveis e viáveis. Temos agora a certeza de que *o eterno país do futuro se transformou, afinal, no país do presente* (Médici, 1972, pp. 76-7)³.

Era oficial: o *futuro havia chegado*. Ao menos, era o que anunciava o Presidente. Em termos simbólicos, o discurso de Médici possuía significado extremamente importante, sobretudo em um país onde a ideia do *país do futuro* havia se transformado em uma espécie de *profecia às avessas*: o *futuro*, este tempo *mítico*, este tempo *da utopia*, no qual tudo se realizará (Carvalho, 2006, pp. 30-1), teimava, para os mais pessimistas, em não chegar nunca. A ideia do *país do futuro* que dá título à obra de Stefan Zweig, escrita nos anos 1940, essencialmente otimista em sua origem foi apropriada pela tradição pessimista nacional e passou a bem representar – por inversão e até mesmo com certa dose de sarcasmo – a ideia da *potência que não se realiza*, do *gigante adormecido*. Uma sentença

³ Os grifos são meus.

condenatória: o futuro como *busca eterna*, quase vã, fadado a não se realizar nunca.

Nesse sentido, a fala do Presidente, anunciando que, finalmente o *futuro havia chegado*, parecia qualquer coisa de fora do comum. Aliás, era disso mesmo que se tratava: o anúncio de que se vivia, no Brasil, *tempos extraordinários*. Não se tratava mais, portanto, de mera utopia. Não havia mais incertezas, dúvidas, vã esperança ou sarcasmo. Havia sim, um *milagre*. Aliás, mal chamado *milagre*, porque era, afinal, “explicável”, a “resultante certa de componentes adequados” (Melo Filho, 1972, p. 385). O Brasil era, então, *grande*, o *gigante acordara de seu sono*. Era este o discurso oficial, era assim que parcelas expressivas da sociedade viveram os *frenéticos* anos 1970 no Brasil.

E já que o *futuro* havia chegado, já que o Brasil era, enfim, o *país do presente*, era preciso comemorar a chegada deste *novo tempo*. Foi exatamente o que aconteceu em 1972: uma festa. Saudando a *chegada do futuro*, o Presidente se despedia do *ano velho* e anunciava que 1972 seria um ano de grandes comemorações: o futuro chegara justamente quando a Nação completava 150 anos. Era o ano do *Sesquicentenário* da Independência, palavra comprida, difícil, mas que ganhou as ruas do país naquele ano.

As festas deveriam ser grandiosas, “fazendo jus ao quadro *palpitante* das realizações brasileiras” (Corrêa, 1972, p. 9). Eventos de proporções nacionais – exaltando os esforços de *integração nacional* nos quais o governo se empenhava – foram previstos e realizados. Ao mesmo tempo, a festa deveria ser uma *imponente* evocação *patriótica*. Do Oiapoque ao Chuí, pessoas saíram às ruas para comemorar D. Pedro I, o herdeiro do trono português, herói da independência brasileira com relação à metrópole europeia em 1822. O *príncipe da autoridade*, que com um gesto decidido, forte, promoveu a emancipação política brasileira, foi festejado país afora como o grande herói daquele ano. Grupos inteiros da sociedade civil manifestavam-se, querendo dar sua contribuição para aquilo que prometia ser um grandioso *espetáculo cívico-patriótico*; outros tantos não se ofereceram para colaborar, mas participaram, atendendo à convocação do regime para comemorar: empunhando bandeiras, portando chapéus de soldado verde-amarelos, erguendo cartazes de dizeres patrióticos, compuseram a *mise-en-scène* comemorativa. Outros participaram de maneira mais discreta, austera, respeitando, no entanto, a recuperação da História-Pátria que se realizava em 1972.

As primeiras providências do governo foram tomadas ainda em 1971, em outubro, quando foi instituída uma Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações. Em seguida, em janeiro de 1972, foi criada a Comissão Executiva Central (CEC) para dirigir e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil (*ivi*, p. 14).

Presidida pelo General Antônio Jorge Corrêa, a CEC integrava membros de ministérios civis e militares, além de importantes instituições da sociedade civil. Eram eles os Ministros da Justiça, das Relações Exteriores, da Educação, Marinha, Exército e Aeronáutica, além dos chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Conselho Federal de Cultura (CFC), da Liga de Defesa Nacional, da Associação de Emissoras de Rádio e TV e da Associação Brasileira de Rádio e TV (*ivi*, p. 13). Sob este aspecto, a comissão representou um bom exemplo de como a ditadura usufruiu e soube articular, sempre, apoios civis e militares.

À CEC coube a organização dos eventos em abrangência nacional, a definição e organização geral da festa, que deveria ser capaz não somente de celebrar os 150 anos da independência do país – a escolha das datas nacionais, dos heróis e dos grandes acontecimentos do passado que deveriam ser recuperados –, como também de celebrar o momento de grandeza, de acelerado crescimento econômico e o *otimismo* crescente que envolvia segmentos significativos da sociedade brasileira naqueles primeiros anos da década de 1970.

A partir da organização da CEC, foram criadas Comissões Executivas Estaduais (CEE's), responsáveis pela integração dos respectivos estados aos eventos nacionais, respeitando, não obstante, as especificidades locais e regionais: suas datas e seus heróis, criando marcos e incentivando as efemérides particulares de cada região do país. Este foi, sem dúvida um fator fundamental para o sucesso das festas, uma vez que integrou os estados e suas tradições locais aos grandes eventos nacionais, colaborando para a grande proliferação de eventos comemorativos ao longo do ano.

Assim, desde janeiro de 1972 vivia-se no país sob a expectativa do início das comemorações: datas como a abertura dos portos em 1808 ou o dia do Fico, em nove de janeiro de 1822, foram celebradas. Heróis e batalhas regionais foram rememorados: por exemplo, Joana Angélica e o 2 de julho na Bahia; no Pará, as comemorações se estenderam até 1973, já que é o ano de 1823 que marca a adesão daquela região à Independência (Moraes, 2006). Transcendendo o 1822, outras datas importantes foram lembradas: no Recife comemorou-se a batalha dos Guararapes; no Rio Grande do Sul, a Farroupilha não pôde ficar de fora; mesmo a Abolição da Escravidão e o Dia do Soldado, com amplas homenagens ao Duque de Caxias – apenas uma dentre as muitas ocasiões nas quais o papel histórico das Forças Armadas foi rememorado –, não ficaram de fora do grandioso calendário cívico de 1972.

Mas foi em 21 de abril, dia de Tiradentes, que as festas começaram oficialmente, para somente serem encerradas no dia 7 de setembro. A ideia era iniciar as comemorações com os chamados “Encontros Cívicos Nacionais”, evento que deveria acontecer em todas as cidades do país e que consistia, de acordo com o presidente da CEC, Antônio Jorge Correia, em acontecimento

inédito no mundo, com a mobilização da população de todo o país para, numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciárias ouvir a saudação e chamamento do presidente Médici [...] e cultuar a bandeira entoando o Hino Nacional (Fundo Comissão Executiva, 1972).

O encerramento, no dia 7 de setembro, teve lugar na colina do Ipiranga, em São Paulo, local onde foi proclamada a independência em 1822 e onde ocorreria a inumação dos despojos mortais de D. Pedro I, ao lado da Imperatriz Leopoldina, após sua peregrinação por todo o país, desde abril daquele ano.

Os Encontros Cívicos em abril e a peregrinação dos despojos de D. Pedro I, seguida de sua inumação no Ipiranga em setembro foram os dois acontecimentos maiores de uma festa que teve como característica mais marcante a multiplicação, país a fora, de eventos comemorativos os mais diversos ao longo de todo o ano de 1972. Entre uma data e outra, a rememoração dos dois maiores heróis do panteão nacional – Tiradentes e D. Pedro I; entre uma data e outra, cinco meses inteiros de festas nos quais a ditadura se expôs solene aos brasileiros, festejando a história-pátria, mas também e principalmente, o presente e as

perspectivas de futuro. A festa, no entanto, incluiu outros eventos: livros editados e reeditados, congressos realizados, escolas e universidades mobilizadas; músicas compostas especialmente para a ocasião; competições esportivas organizadas por todo o país, premiando os vencedores com um “Troféu Sesquicentenário”. Dentre as competições esportivas, um campeonato internacional de futebol, a Taça Independência, com jogos realizados em diversos estados do país, reunindo seleções de diversas partes do mundo e, é claro, a seleção canarinho, Tri-Campeã Mundial em 1970.

Enfim, das formas mais diversas, governo e setores expressivos da sociedade viveram em 1972 um ano inteiro de comemorações e festas que, ao mesmo tempo em que evocavam valores, tradições e heróis da *Pátria*, esta entidade *superior*, realizavam também uma orgulhosa comemoração do tempo presente, seus progressos, suas conquistas.

As comemorações do Sesquicentenário da Independência podem ser consideradas um momento privilegiado para observar as relações entre sociedade e regime em sua complexidade, buscando ultrapassar a lógica, por vezes simplificadora – dominante, sobretudo nos discursos de determinada memória – e que coloca de um lado um Estado opressor e de outro, uma sociedade vitimizada. Desse ponto de vista, conformam importante espaço para se observar os mecanismos de formação de um consenso no seio da sociedade, fundamental para a sustentação da ditadura naquele momento.

Nesse sentido, o trabalho com as categorias de *consenso* e *consentimento* são cruciais. Compreendidas, no entanto, em sua complexidade, abarcando uma gama diferenciada de comportamentos e atitudes sociais que concorrem, ao fim, para garantir a estabilidade do regime. No dicionário de política organizado por Norberto Bobbio, Giacomo Sani define *consenso* da seguinte forma:

O termo consenso denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para alcançar. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade (Sani, 1992, p. 240).

A ideia de que o consenso designa um *acordo* baseado em princípios, valores e normas partilhados por determinada unidade ou grupo social é de extrema importância para as propostas deste trabalho, na medida em que nos permite compreender a ditadura também a partir das relações de *continuidade* que ela conseguiu estabelecer com a sociedade, partilhando e fazendo-se representante de determinados valores e tradições caros ao imaginário coletivo nacional. E se o *consenso* designa o *acordo*, o *consentimento*, por sua vez, refere-se aos comportamentos sociais, às formas – múltiplas – a partir das quais o *acordo* é conformado e se expressa socialmente.

Ao mesmo tempo, o conceito adotado pelo autor permite-nos compreender a complexidade do social, bem como a pluralidade das reações coletivas e a riqueza dos movimentos de opinião em uma determinada sociedade. Adiante, Sani nos alerta:

Se se considera a extensão virtual do Consenso, isto é, a variedade dos fenômenos em relação aos quais pode ou não haver acordo, e, por outro lado, a

intensidade da adesão às diversas crenças, torna-se evidente que um Consenso total é um tanto improvável, mesmo em pequenas unidades sociais, sendo totalmente impensável em sociedades complexas. Portanto, o termo Consenso tem um sentido relativo: mais que existência ou falta de Consenso, dever-se-ia falar de graus de Consenso existentes em uma determinada sociedade ou subunidades (*ibidem*).

Ou seja, *consenso* não é sinônimo de *unanimidade* e não será analisado como tal neste texto. Ao contrário, trata-se, antes, de observar as formas, diversas, a partir das quais as sociedades se expressam com relação a determinados acontecimentos ou regimes, bem como de compreender o universo de referências simbólicas – e materiais – acionado em determinadas situações e com o qual setores expressivos da sociedade puderam se identificar em certos momentos.

Não obstante, Giacomo Sani somente analisa a aplicação da categoria *consenso* para as sociedades democráticas. O grande desafio que se coloca hoje em dia para o historiador preocupado em compreender as relações complexas entre ditaduras e sociedades, no entanto, é justamente compreender como é possível alcançar graus expressivos de consenso em sociedades não democráticas. Dito de outra forma, trata-se de entender como, frequentemente, o consenso “se formou em padrões não democráticos, sem que essa ausência tenha sido percebida pela sociedade contemporânea como um problema” (Rollemberg & Quadrat, 2010, p. 15).

Assim, é preciso sublinhar que a utilização das categorias “consenso” e “consentimento”, particularmente no caso das relações entre sociedades e regimes autoritários, remetem à complexidade dos comportamentos sociais. Didier Musiedlak, ao tratar da formação do consenso em torno do fascismo italiano chama atenção para a característica “polissêmica” do conceito, o qual, todavia não é estranho à complexidade mesma que se pode observar nas sociedades ocidentais confrontadas com experiências de autoritarismo (Musiedlak, 2010, p. 151). Já para Daniel Aarão Reis, o termo *consenso* utilizado para compreender

as relações complexas entre sociedades e regimes autoritários ou ditatoriais, designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência” (Aarão Reis, 2010, p. 387).

Ainda de acordo com este autor, os variados tipos de comportamentos citados “são matizes bem diferenciados (...), mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo” (*ibidem*).

Para as finalidades às quais se propõem este trabalho, as definições propostas por Musiedlak e Aarão Reis são importantes na medida em que dão conta da diversidade dos comportamentos coletivos, permitindo perceber de forma menos simplificadora as relações estabelecidas entre sociedade civil e ditadura, a complexidade dos comportamentos coletivos sob regimes autoritários.

Assim, a definição de consenso englobando uma gama variada de atitudes com relação ao regime estabelecido nos remete por sua vez ao que Pierre Laborie

denominou *pensar-duplo* para compreender os comportamentos dos *franceses comuns* sob o regime de Vichy e a ocupação nazista entre 1940 e 1944. O *pensar-duplo* faz referência à imagem dos franceses portando neles próprios sentimentos opostos, mas partilhados e, portanto, “não pode ser reduzido a uma única expressão de duplicidade”. Ao contrário, ele “reenvia à idéia do homem duplo, deste que é um e outro ao mesmo tempo, mais pelo peso de uma necessidade exterior que pelo cálculo cínico ou interesse” e, nesse sentido, explica a forte presença dos modos de pensar ambivalentes na opinião comum (LABORIE, 2003, p. 33).

Ainda de acordo com as análises de Laborie para o caso francês, sobre o que estamos chamando de *consentimento*, as noções propostas pelo autor de *zona cinzenta* e *ambivalência* são interessantes para pensarmos o comportamento, as maneiras diversificadas a partir das quais os *homens comuns* se manifestaram sobre o regime. Segundo o autor, perceber os comportamentos coletivos pelo prisma da ambivalência abre portas ao historiador e alarga suas possibilidades de análise na medida em que nos permite pensar as “contradições não mais em termos antinômicos” (*ivi*, p. 32). Daí, ainda de acordo com o autor, a importância de se recuperar os códigos culturais da época, as *palavras* – para o caso francês –, dos anos 1940, “os modos de presença no mundo dos atores sociais” ou as “formas de racionalidade dos sistemas de representações mentais” para, desta forma, recuperar “alguns dos mecanismos essenciais que comandam os comportamentos” (*ivi*, p. 29). No caso brasileiro, apreender a diversidade que compõe a *zona cinzenta* significa observar que para além do binarismo por vezes simplificador entre um *Estado opressor* e uma *sociedade vitimizada*, há uma série de atitudes que nos permitem entender as lógicas pelas quais o regime se sustentou por longos anos. Significa compreender que os modos de proceder das pessoas comuns não podem ser definidos de modo sistemático e hermético. A realidade é difusa. Afirmar a popularidade da ditadura não significa tratar os apoios que recebeu de forma homogênea. Por outra parte, não se pode, como pretendem as construções de memória a partir da redemocratização, reconstruir a sociedade como essencialmente *resistente*.

Ultrapassando os lugares comuns desta memória coletiva que divide a sociedade em dois polos, *resistentes* e *colaboradores*, ao mesmo tempo em que atribuem aos mecanismos de repressão, coerção e censura a responsabilidade pelo advento e permanência de regimes autoritários, acredito que seja fundamental o estudo das *crenças* mais ou menos partilhadas em sociedade que viabilizaram, no caso brasileiro, a sustentação do pacto social em torno da ditadura pós-1964. É preciso, pois, superar tais simplificações, compreender a dinâmica social e entender que *coerção* e *consentimento* andaram inextricavelmente unidos em sociedades que passaram por experiências autoritárias (Gellately, 2002, p. 14). Para o caso da Alemanha nazista, Robert Gellately analisa:

Na realidade, se supunha que os alemães sabiam que em seu país existia uma polícia secreta e um sistema de campos de concentração. Diferentemente do que vem sendo dito, no entanto, os alemães não se limitaram a aceitar o que de ‘bom’ trouxe o nazismo (a economia, por exemplo) e a rechaçar suas instituições mais perversas. Antes, Hitler conseguiu, de um modo ou de outro, obter em grande medida o apoio da imensa maioria dos cidadãos. O consenso se alcançou rapidamente, mas foi em todo momento plural, diferenciado e, em alguns

momentos, instável. Contudo [...], os alemães estavam orgulhosos e encantados de que Hitler e seus asseclas se livrassem de certos tipos de pessoas que não se encaixavam, ou que eram consideradas elementos ‘marginais’, ‘associais’, ‘inúteis’ ou ‘criminosos’ (*ivi*, pp. 13-4).

Guardadas as devidas proporções, o raciocínio de Gellately para o caso do Nazismo mostra-se interessante para pensarmos a natureza do consenso social durante a ditadura, sobretudo durante os anos Médici. Gellately demonstra, de forma complexa, o envolvimento da sociedade alemã com relação ao *seu* ditador e à *sua* ditadura. Aponta para o fato de não ser possível conhecer bem aquela sociedade se separarmos aspectos que são complementares à natureza dos regimes autoritários: *coerção* e *consentimento*. E mais que isso: não é possível compreender o *orgulho* e o *encantamento* com relação a determinados aspectos do Nazismo – os progressos econômicos, a propaganda, a *mise-en-scène* pública – separadamente da sensação de tranquilidade e segurança pública que a *caça aos inimigos do regime* proporcionava àquela sociedade.

Nesse sentido, para o caso do Brasil, é importante não perdermos de vista que, o que a memória coletiva consagrou como *anos de chumbo*, ou seja, a face *dura, feia, suja e obscura* do regime era, de fato tudo isso. Exceto *obscura*. De forma similar à Alemanha pré-1933, o Brasil pré-1964 viveu momentos de intensa agitação política, que renasceram a partir de 1967 e, principalmente, em 1968. Para expressivos segmentos da sociedade o *comunismo* era, de fato, um *espectro* – perigoso, ameaçador – que rondava o país. Nesse sentido, não teriam se sentido aliviados quando, a partir dos primeiros anos da década de 1970, o governo, de posse do Ato Institucional número 5 e com os aparelhos de repressão e informação atuando a todo vapor se incumbiu, de forma definitiva, da missão de *livrar a sociedade da subversão e do terrorismo?*

Sob este aspecto, o que a memória coletiva consagrou como *anos de chumbo* foram sentidos dessa forma por segmentos bastante específicos da sociedade: aqueles grupos que a repressão definia como *inimigos do povo* e da *Pátria*. Estes, sim, sentiram o *chumbo grosso* e a *mão pesada* da repressão. Não apenas as esquerdas que aderiram à luta armada, mas também aquelas pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e às diversas correntes trabalhistas. Assim, se seguirmos o raciocínio de Gellately, para o caso brasileiro, podemos afirmar que, sob determinado ponto de vista, os *anos de ouro* incluíam também o que para alguns foram *anos de chumbo*, mas que, para tantos outros, representaram uma sensação de *segurança, alívio e tranquilidade*. O fim da agitação política e o *início do fim do terrorismo*.

A sensação de *construção do novo* constituiu-se em aspecto fundamental da *opinião dominante*⁴ durante os primeiros anos da década de 1970 no Brasil. Sob este aspecto, o discurso do Presidente no qual anunciava a *chegada do futuro* é emblemático. Esta sensação esteve presente, por exemplo nas comemorações pela vitória brasileira no mundial de futebol em 1970, na abertura das obras da Transamazônica no mesmo ano e, principalmente, durante as celebrações do Sesquicentenário da Independência em 1972.

Nesse sentido, acredito que seja fundamental a compreensão destes anos a partir de uma visão ampla do chamado *Milagre brasileiro*. Para além dos ganhos materiais – importantes para ajudar a conformar e racionalizar melhor o convívio

⁴ Utilizo o conceito de opinião dominante em sociedades que viveram experiências autoritárias baseada nas reflexões de autores como Laborie (1988; 2001) e Kershaw (2002).

com o regime – acredito que o essencial seja compreender estes anos tendo em vista as expectativas construtivas, patrióticas, nacionalistas que o *Milagre* foi capaz de sintetizar. Da mesma forma como Peter Reichel analisa para o caso alemão, mais que as realizações de determinada política econômica,

são os ‘grandes serviços culturais’, entre os quais contam-se também as conquistas tecnológicas, que passaram, para os espíritos da direção nacional-socialista e de grandes parcelas da população, como os grandes ‘resultados para a vida e para a comunidade’ (Reichel, 1993, p. 349).

Portanto, é através da noção de *construção do novo* que este período deve ser compreendido. Sem perder de vista que “construir é também vigiar, porque os inimigos do povo conspiram. Construir é controlar as faltas, identificar os *desvios* e também, quando e se necessário for, punir” (Aarão Reis, 2010, p.102)⁵. Assim, a *chegada do futuro* anunciada em 1972 por Médici e a concretização das expectativas em torno do *Brasil potência* somente puderam se realizar em função desse *duplo* que a ditadura conseguiu colocar em marcha de forma plena, sobretudo nos tempos do *Milagre: consentimento e coerção*.

Desse ponto de vista, as comemorações do Sesquicentenário da Independência, ao mesmo tempo em que propunham um retorno ao passado através da rememoração do *nascimento da nação*, possuíam, mais que nunca, os pés profundamente fincados no presente e os olhos voltados para o futuro. A maior festa cívica realizada sob a ditadura era, talvez, a expressão mais acabada do *Milagre Brasileiro* e da noção que o acompanhava de *construção do novo*. Assim, a partir da festa cívica, do retorno ao passado, a ditadura estabelecia profundo diálogo com determinadas tradições nacionais, inserindo-se como parte e desdobramento destas e se propunha à realizar um projeto específico de futuro, o qual foi capaz de fascinar segmentos expressivos da sociedade, sobretudo em tempos de comemorações.

A compreensão da ditadura e das pontes que esta foi capaz de construir com o passado nacional e com determinadas expectativas de futuro apenas muito recentemente passaram a interessar os pesquisadores brasileiros e, ainda assim, não seria demais destacar as inúmeras resistências a esse tipo de análise⁶. Particularmente sobre o tema do Sesquicentenário, a grande apoteose da ditadura, *silenciada* pela sociedade, merecem destaque a dissertação de mestrado da brasilianista Maud Chirio, defendida em 2001, na Universidade de Paris I⁷, a dissertação de Cleodir Moraes, sobre as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Pará, em 1973, defendida em 2006, na Universidade Federal do Pará e a tese de doutorado de Adjovanes Thadeu de Almeida, defendida em 2009, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mesmo nestes casos, alguns pesquisadores conservam ainda uma espécie de pudor em admitir que as comemorações do Sesquicentenário da Independência foram de fato, um momento em que a ditadura desfrutou de expressiva popularidade junto à sociedade civil. Adjovanes Thadeu de Almeida, por exemplo, realizou uma intensa pesquisa de fontes a partir das quais, ao longo

⁵ Grifos no original.

⁶ Entre outros trabalhos, cfr.: Aarão Reis (2005), Alonso (2011), Cordeiro (2009), Fico (1997), Grinberg (2009), Kushnir (2004), Rollemberg (2008).

⁷ A dissertação trata, na verdade das comemorações do 7 de setembro durante todo o período da ditadura civil-militar, mas dedica especial atenção às comemorações do Sesquicentenário.

da tese, o leitor pode comprovar o envolvimento de significativos segmentos sociais com os eventos de 1972. Não obstante, em sua conclusão, o autor parece recuar de maneira quase categórica, afirmando:

De acordo com as fontes selecionadas, podemos perceber que a comemoração dos 150 anos da Independência nacional teve *alguma* repercussão popular, em especial entre os mais jovens (isto é, crianças e adolescentes), que o viveram mais intensamente, por exemplo, no ambiente escolar, embora não necessariamente tenha havido uma motivação ‘total e profunda, de modo a resultar numa participação consciente e entusiástica, de todas as camadas sociais, a partir dos mais altos níveis da hierarquia governamental, até os mais humildes trabalhadores, inclusive as crianças’. De todo modo, em 7 de setembro de 1972 reuniram-se pessoas de diversas partes do país para festejarem o ‘Grito do Ipiranga’.

No entanto, o que podemos vislumbrar com o Sesquicentenário da Independência, entre outros elementos, foi a difusão de um discurso que valorizou o papel das Forças Armadas [...] (Almeida, 2009, p. 212).⁸

Aqui, chama atenção a insistência em um aspecto muito comum que compõe a memória coletiva sobre a ditadura e em particular a memória das esquerdas a respeito da participação da sociedade no pós 1964. De acordo com essa memória, a participação, quando se dava, acontecia de maneira *inconsciente*, sem *motivação total e profunda*. Mesmo a percepção de que foi no ambiente escolar que a festa encontrou maior receptividade, da forma como o autor a expressa, confirma a ideia de uma participação que não é *real* ou espontânea, mas sim determinada pelo poder, pelas instituições oficiais. Não obstante, é preciso, sobretudo no âmbito da pesquisa acadêmica, tentar superar os limites impostos pelas batalhas de memória.

Se concordarmos que as comemorações encontraram nas escolas um espaço frutífero para se realizarem, é importante, antes de mais nada, refletir sobre as formas a partir das quais esta instituição se transformou num espaço apropriado a este tipo de evento. Ou antes, é preciso perceber a escola como um dos canais de expressão de uma cultura cívica brasileira já profundamente enraizada na sociedade. Além disso, a participação massiva de escolares nas festas cívicas não é uma novidade da ditadura civil-militar. Durante o Estado Novo varguista, por exemplo, a valorização da participação infanto-juvenil também se constituiu em importante aspecto das festas cívicas do período. De acordo com Maurício Parada, para o período aberto pelo golpe de 1937,

[...] as referências aos jovens estavam associadas à manutenção do regime no futuro. Sua inserção no imaginário político do Estado Novo se fez a partir de discursos e ações que viam a juventude como recurso e reserva política que deveria ser cuidada. Se as massas políticas do passado, devido a seus vícios, foram responsáveis pelas ‘ameaças’ à segurança da nação fazendo revoluções, as massas do futuro devem ser cuidadas e disciplinadas para não apresentarem estes desvios e vícios. Assim sendo, as políticas para a juventude passaram a ter um lugar de destaque dentro das prioridades do governo do Estado Novo. O jovem nacional passou a ser um recurso a ser gerenciado [...] (Parada, 2009, p. 41)

⁸ Os grifos são meus.

Guardadas as devidas proporções, temos aí bons argumentos para refletirmos a respeito também da centralidade que a juventude escolar ocupou nas comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972. Nesse sentido, a participação das escolas e seus alunos não pode ser entendida dissociada do projeto cívico da ditadura que incluía, sem dúvida, a (re)educação da juventude a partir de normas que valorizassem a disciplina, a hierarquia, a obediência e o nacionalismo, entendido aqui no contexto dos anos 1970, tendo em vista também seu conteúdo anticomunista, ou seja, como o *antídoto* necessário contra *ideologias estranhas*, que *poderiam seduzir* facilmente alguns jovens.

Por outra parte, não podemos menosprezar o fato de que, para além das escolas, essa cultura cívica se expressou em 1972 de maneira significativa nos meios intelectuais e acadêmicos, como atestam as participações da ABI e do IHGB na CEC; nas associações esportivas; no empresariado nacional que participou e lucrou com a festa; nas associações de bairro; em algumas associações femininas que marcharam pelo golpe em 1964 e que renovaram sua adesão ao regime em 1972; nas incontáveis cartas de populares que chegaram à comissão. Ao fim, além de se filiar a uma longa tradição cívico-patriótica brasileira, anterior a 1964, não podemos esquecer da característica que particularizava o contexto da primeira metade dos anos 1970 e que foi responsável pela forte reativação desta tradição, agora envolvida por uma atmosfera de modernização que a particularizava: o *otimismo* e a *fé* no futuro do país, tão próprios dos anos do *Milagre*.

Analisando as comemorações da Independência entre 1964 e 1985, Maud Chirio chama atenção para o fato de haver uma espécie de “obsessão” por parte da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência (Aerp), a partir de 1969, no sentido de atribuir densidade popular às festividades. Observa, no entanto, que as estratégias propagandistas da ditadura somente se tornaram viáveis na medida em que elas recuperavam um patriotismo e um otimismo já pré-existent na sociedade e profundamente ancorados no imaginário coletivo brasileiro e, nesse sentido, não deixaram de se manifestar porque o governo não era democrático.

Todavia, de acordo com a historiadora, a partir da década de 1980, construiu-se uma memória segundo a qual tais festas eram imposições do governo ditatorial e, portanto, não desfrutavam de popularidade efetiva. Chirio observa, no entanto, que apesar desta visão maniqueísta, é preciso destacar que as críticas quanto ao caráter excessivamente solene e o rigor das manifestações de patriotismo encenada pelos militares não são completamente infundadas: “malgrado os esforços das agências de propaganda governamental para dar uma coloração popular às festas, a dureza política do regime se traduzia por uma formalidade e um controle excessivo das comemorações” (Chirio, 2000/2001, p. 86). O que escapa, no entanto, à análise da autora é que esse “controle e formalidade excessivos” das comemorações não era, de modo algum, estranho ao universo de referências de setores significativos da sociedade. Ao contrário, expressavam noções de *ordem* e *hierarquia* caras a determinado imaginário coletivo nacional.

De toda forma, tendo em vista essa *obsessão* do governo por criar uma aparência de popularidade, Chirio acredita que seja necessário estabelecer alguns critérios para verificar a popularidade das festas de independência. Para ela, se quisermos “tentar apreender a percepção das festividades pela população, é preciso distinguir as seguintes formas de popularização: a popularidade

suscitada (graças à transformação das cerimônias em espetáculo), a popularidade simulada e a popularidade real” (*ivi*, p. 74).

Ou seja, não se pode compreender a popularidade das festas de independência sem antes refletir sobre os esforços oficiais para torná-la popular. E é nesse sentido que o governo trabalhou, não apenas oferecendo ao povo o fasto, o espetáculo, mas também proporcionando o que a autora chamou de *popularidade simulada*, aquela que inclui, por exemplo, “a participação dos sindicatos sob ordens do Ministério do Trabalho e desfiles de carros alegóricos exaltando as realizações do regime”. Não obstante, de acordo com a historiadora, a *popularidade real* das festas permanece difícil de apreender, em virtude da própria *obsessão* dos propagandistas em construir tal imagem, bem como em razão do próprio rigor e solenidade que marcaram as festas do regime.

Acredito, no entanto, que em todo tipo de festa popular, a participação do Estado se faz presente e é fundamental no sentido de organizar e conferir significado ao evento. Ainda assim, para além das tentativas oficiais de *suscitar popularidade*, é possível apreender as formas de participação popular através do diálogo que o Estado propõe com a sociedade. Tal dimensão não escapa à análise da autora que considera, para que as estratégias dos propagandistas surtiram efeito, era necessário trabalhar com sentimentos já fortemente ancorados no imaginário coletivo brasileiro.

Esse é um dado fundamental para podermos analisar a participação efetiva da sociedade nas comemorações do Sesquicentenário da Independência que vai além dos esforços dos organizadores da festa. A própria noção de *popularidade simulada* cunhada pela historiadora nos permite compreender o consenso social em seu aspecto mais diversificado, uma vez que, é necessário a existência de um público, para que tal *simulação/encenação* tenha efeito. Para o caso da Itália fascista, Renzo De Felice descreveu dois processos simultâneos que ajudam a compreender o que Chirio denominou para o Brasil de *popularidade simulada* como um aspecto que conforma o consenso. O autor define a existência de uma “forma de *fascistização passiva*, que consistia em fazer dos italianos ‘bons cidadãos’ e uma *fascistização ativa*, que consistia em formar ‘verdadeiros fascistas’, que em todos os níveis da vida contribuiriam para garantir a progressão do regime” (Felice in Musiedlak, 2010, p. 155).

Guardadas as devidas diferenças entre a Itália fascista e a ditadura civil-militar brasileira, não deixa de ser um exercício interessante pensar, a partir dos exemplos dados por Chirio, que para além daqueles sindicalizados que participavam das festas convocados pelo Ministério do Trabalho ou das pessoas que desfilavam em carros alegóricos incitadas pela ditadura, há uma multidão que acompanhava silenciosa e passiva estas manifestações, mas que de alguma forma, compunham a *mise-en-scène* do regime ou, ao menos, não ficavam indiferentes a ela. Assim, se entendermos o consenso abrangendo comportamentos diferenciados, podemos perceber por trás da enorme preocupação com a popularidade que cercava os propagandistas do governo, as formas, diversificadas, a partir das quais a sociedade expressou seu consentimento com relação às festas e à ditadura.

É isso que pretende esse trabalho: compreender como a sociedade viveu 1972, um ano de intensas comemorações, de festas cívicas, de recuperação do passado *glorioso da nação* e de celebração da *chegada do futuro*. Enfim, as comemorações do Sesquicentenário da Independência são, sob esta perspectiva, uma ocasião importante para se observar não apenas a adesão e o engajamento

ativo com relação ao regime, mas também, a variedade de reações possíveis diante da ditadura. Além disso, é um momento fundamental para compreendermos os importantes diálogos que a ditadura foi capaz de estabelecer com a sociedade e as continuidades com relação ao passado e permite, afinal, compreendermos a ditadura civil-militar pós 1964 como uma *construção social*. Para utilizar as palavras de Pierre Laborie sobre a França de Vichy e sob ocupação nazista:

O [...] aprofundamento da reflexão sobre a natureza e o sentido das reações coletivas dos franceses possui apenas um objetivo: tentar reencontrar os modos de pensar comuns e analisar os mecanismos de sua construção para poder penetrar um pouco melhor na complexidade do social (Laborie, 2003, p. 29).

É isso que busca este estudo: colaborar para a compreensão da ditadura como *produto* da sociedade brasileira, reconhecendo, para tanto, que houve apoios declarados, engajados, militantes, mas também os silenciosos. Aqueles que faziam parte de uma espécie de *engrenagem do consentimento*, ou seja, uma lógica de pensamento de acordo com a qual aquela determinada situação é a única escolha possível ou, ao menos, a mais razoável, restando, portanto, a obediência (Laborie, 2001, p. 239).

Chamar atenção para complexidade que envolve a construção e a manutenção do pacto social sob a ditadura ajuda a superar as explicações polarizadas que, correntemente, opõem “vítima e algoz, opressor e oprimido, buscando respostas na repressão, na manipulação, no desconhecimento (*nós não sabíamos*)” (Rollemberg & Quadrato, 2010, p. 9). Tais interpretações ganharam força no imaginário coletivo nacional a partir do processo de redemocratização e são elementos centrais que estruturam a memória social sobre a ditadura ainda hoje.

Os apoios – diversos – que a ditadura recebeu acabaram silenciados. Representativo disso é o ostracismo no qual Emílio Médici, o mais popular entre os ditadores, o Presidente do Sesquicentenário, da Copa de 1970, dos *anos de ouro do Milagre*, que anunciou a *chegada do futuro*, foi relegado. Ao deixar a Presidência, na medida em que o projeto de abertura *lenta, segura e gradual* do Presidente Geisel ia sendo colocado em marcha, a popularidade de Médici era varrida para debaixo do tapete. Restava a imagem do ditador, do *carrasco*, do presidente dos *anos de chumbo*. Poucos queriam se lembrar, menos ainda se identificar, com o presidente dos *anos de ouro*, que viveu a apoteose de sua popularidade em 1972.

O Sesquicentenário: síntese do consenso do *Milagre*

Dezembro de 1986. O Brasil estava em pleno processo de transição democrática. Como sempre, as batalhas de memória se travavam. Era preciso, definitivamente, liquidar, *apagar* – se possível fosse – o passado ditatorial. Era preciso reconciliar a sociedade no quadro de um novo regime. Consigo mesma. Com seu passado. Com sua *vocação democrática*. Para tanto, as manifestações de apoio à ditadura, ainda frescas na memória daquela sociedade que tateava a reconstrução, lenta, de um consenso democrático, oscilavam entre o silêncio e o *escárnio*.

Neste momento, em São Paulo, no Ipiranga onde, 14 anos antes, ditadura e sociedade haviam promovido com pompa e circunstância a cerimônia de inumação dos restos mortais de D. Pedro I, o prefeito Jânio Quadros mandava, mais uma vez, retirar a urna imperial da cripta especialmente construída em 1972. A decisão foi tomada em razão das precárias condições nas quais o lugar se encontrava: “goteiras, perigo de ladrões e até mesmo de inundações” (Veja, 17/12/1986, p. 115). A decadência em que se encontrava a cripta construída para abrigar D. Pedro I em seu pomposo retorno ao Brasil no ano do Sesquicentenário era mais um espelho do lugar reservado à ditadura na nova ordem democrática que se edificava, da construção dos silêncios em torno dos *anos de ouro* do Milagre que se operava naquele momento:

O governo Médici acabou, as festas do sesquicentenário são hoje um pedaço do anedotário da megalomania propagandística dos oficiais que inventaram a festa e todos haviam se esquecido de Dom Pedro quando, há poucos meses, viu-se que o Imperador ia mal de morte (*ibidem*).

Interessante observar a reportagem da mesma revista, 14 anos antes, porém. Na edição de 13 de setembro de 1972, a Revista Veja descrevia, sobre o fim das comemorações do Sesquicentenário da Independência, no Museu do Ipiranga, um *colorido fim de festa*, uma apoteose e como Médici havia passado com louvores pelo *teste de popularidade* que as comemorações do Sesquicentenário representaram:

Para o governo Médici, o Sesquicentenário representou o mais profundo teste de popularidade e, em São Paulo, apesar das severas medidas de segurança que mantinham as autoridades dentro de um forte anel policial, a população aplaudia o presidente a cada instante. Em muitos lugares os ‘viva a Independência’ eram seguidos de ‘viva o presidente Médici’. Assim, conseguiu-se reeditar, numa escala compreensivelmente menor, o clima de satisfação dos dias que se seguiram à conquista do tricampeonato mundial de futebol, quando o terceiro governo da Revolução amanheceu extraordinariamente popular (Veja, 1972, p. 19).

Em um certo sentido, não foi apenas o Presidente que saiu com a popularidade reafirmada. A ditadura ou – segundo o vocabulário da época, a *Revolução* –, de uma forma geral, também se fortaleceu após as comemorações. Sua capacidade de dialogar com determinada tradição cívica nacional, com valores fortemente enraizados no imaginário coletivo republicano – ao mesmo tempo redefinindo-os de acordo com seus próprios valores e tradições – ficou evidente em vários eventos que conformaram os quase seis meses de comemorações. Em 1986, no entanto, as festas foram relegadas ao anedotário da ditadura. Deste lugar as comemorações somente saíam para ocupar o espaço do *silêncio*, quase sepulcral, ao qual seriam, cada vez mais, confinadas.

A metamorfose representada nas duas matérias da Revista Veja – a primeira, de 1972, a segunda, de 1986 – é, na verdade, muito representativa das transformações, lentas, pelas quais a sociedade também passou entre o início da década de 1970 e a longa transição democrática, entre 1979 e 1988: do consenso ditatorial, reafirmado nas ruas, nas escolas, cantado em prosa e em verso em 1972 à lenta desagregação do pacto ditatorial, que ganharia impulso a partir de fins dos anos 1970 e ao longo da década seguinte. É neste momento que a necessidade de construção de um novo pacto, o democrático, resulta no silêncio em torno do apoio de expressivos segmentos da sociedade à ditadura.

Dessa forma, as manifestações em favor da ditadura passaram a ser vistas – e são ainda hoje por determinado senso comum – como fruto da manipulação e do maquiavelismo de seus líderes. A mesma reportagem de 1986 citava expressiva frase atribuída a Médici: “Com a Copa do Mundo, eu ganhei um ano de governo. Com o Sesquicentenário da Independência, ganho outro”. Assim, entre o *anedotário* e o *maquiavelismo*, construiu-se o silêncio, não em torno de uma festa, mas principalmente, em torno das adesões e dos apoios que ela recebeu, das emoções e dos sentimentos que ela foi capaz de despertar.

Apontar os caminhos para a reflexão sobre estes silêncios e, mais que isso, sobre a complexidade dos comportamentos sociais diante da ditadura, sobre as formas a partir das quais, em meio às *trevas* dos *anos de chumbo* foi possível construir um pacto social que evocava o *Brasil pra frente*, estiveram no centro das preocupações que nortearam esse texto.

Assim, as comemorações do Sesquicentenário da Independência, uma festa cívica de proporções nacionais e que se estendeu ao longo do ano de 1972, são expressivas das formas a partir das quais a ditadura conseguiu reunir à sua volta apoios dos mais variados tipos. Todos, no entanto, concorrendo para a estabilização do pacto social naquele momento.

Não obstante, procuro compreender o consenso para além dos *apoios* e *adesões* entusiasmadas, buscando também compreender outros tipos de comportamentos, como a *simpatia* silenciosa, a *fascinação* como desejo ativo e consciente de fazer parte de algo *maior* e, por outro lado, a *apatia* e a *indiferença*, comportamentos distintos entre si, mas igualmente importantes para a compreensão do *pacto ditatorial*. Em suma, compreendo o consenso no Brasil dos primeiros anos da década de 1970 de forma semelhante a que Robert Gellately o analisou para a Alemanha Nazista, ou seja, “mais flutuante que firme”, “determinado por distintos fatores segundo o contexto” (Gellately, 2002, p. 15). Importante dizer, portanto, que me ative na conjuntura específica dos anos Médici, quando tiveram lugar as comemorações do Sesquicentenário.

É preciso insistir nas particularidades deste contexto, como por exemplo, na importância de compreendermos o *Milagre* como um evento social e cultural que transcende suas definições meramente econômicas. Este é o ponto fundamental para compreendermos não apenas as formas a partir das quais a sociedade pôde se expressar a favor do regime no momento das comemorações de 1972, como durante todo o mandato de Médici, que mais tarde, a memória resignificaria a partir da metáfora – unilateral – de *anos de chumbo*.

Assim, é importante não perder de vista a especificidade da conjuntura do governo Médici e dos primeiros anos da década de 1970. Ou seja, é preciso considerar a natureza do consenso naquele momento particular. O *acordo de aceitação* do regime não foi homogêneo durante toda a ditadura. Foi, como já afirmei, vasto, plural e diversificado e, nesse sentido, é importante destacar que o consenso que marcou o governo Médici assumiu características muito específicas, que o diferenciava dos demais momentos e o particularizava.

Se o tomarmos, por exemplo, em comparação com o tipo de consenso existente em 1964 que possibilitou e favoreceu o golpe, poderemos ter uma boa idéia dessa particularidade. Isso porque o *acordo social* que caracterizou o momento da intervenção militar e os primeiros anos da ditadura – dos quais as Marchas da Família com Deus pela Liberdade tenham sido talvez, a manifestação mais expressiva – possui uma característica antes de tudo *defensiva* (Chirio, 2000/2001, p. 72): no imediato pós-golpe, o consenso, agregando determinado

*conservadorismo autoritário*⁹ era, expressivamente anticomunista. Todavia, o mesmo não se pode dizer do consenso em torno do *Milagre*.

No entanto, o consenso em torno do *Milagre* adquire novos contornos, qualitativamente distintos. Acredito que os anos do governo Médici representaram um momento no qual o pacto construído em torno do regime se modificou profundamente. Com os órgãos de informação e repressão aperfeiçoados e agindo a todo vapor, a *caça* aos inimigos do regime podia ser deixada nas mãos do governo, e o sentimento anticomunista, embora permanecendo latente, deu lugar a uma grande *euforia* desenvolvimentista. Este era um momento em que vastos segmentos sociais queriam *comemorar*. O forte sentimento *cívico* que caracterizava a militância dos grupos que apoiaram o golpe em 1964 continuava presente, mas agora sem a necessidade da *eterna vigilância* contra o comunismo, muito presente no momento da instauração da ditadura.

Principalmente, tendo em vista o contexto de crescimento acelerado da economia, é importante destacar que a valorização do discurso da coesão social em prol da construção da *grandeza da nação* como elemento constitutivo do consenso, foi fortalecida, em grande parte, pela expectativa de ganhos materiais que se tornava palpável sobretudo para segmentos vastos das classes médias brasileiras, mas que permanecia também no horizonte de outros vastos e importantes setores sociais populares. Não obstante, conquanto tenham importância fundamental para a conformação do consenso ditatorial, as expectativas apenas de ganho material não explicam a centralidade do chamado *Milagre Brasileiro* como um aspecto crucial da formação do consenso em torno do regime.

Nesse sentido, é preciso compreender o *Milagre* de forma mais ampla, como um *modo de estar no mundo* naquele momento e que, para além das possibilidades de ascensão econômica, oferecia também uma determinada visão do passado e expectativas de um futuro promissor, a partir de um presente no qual essas pessoas deveriam apenas viver de acordo com as normas sociais estabelecidas. Em outros termos, o *Milagre* oferecia à camadas expressivas da sociedade uma ideia segundo a qual o *trabalho* e a obediência às normas e às instituições do presente significavam o respeito pela Pátria, pela sua história e pelos grandes homens da Nação e ao mesmo tempo, a construção de um futuro próspero.

Sob este aspecto, as comemorações do Sesquicentenário sintetizam de forma expressiva o consenso que o governo Médici logrou construir ao longo dos primeiros anos da década de 1970. A ditadura soube canalizar profundas aspirações e tendências, fazendo convergir distintas aspirações, numa festa que ela organizou, imprimindo nela seu selo: o do progresso com ordem, da modernização sem sobressaltos, o todo sintonizado com os valores da civilização cristã e *democrática*. O que não significa, certamente, que a sociedade tenha se tornado, toda ela, adepta do regime. As diversas *vozes dissonantes* que se levantaram em 1972, não apenas contra as comemorações, mas contra a ditadura, de modo mais amplo, são representativas disto. Expressavam correntes de *opinião*

⁹ O termo *conservadorismo autoritário*, da forma como utilizo, abrange uma gama diferenciada de manifestações políticas e de sociedade, mas que constituíam uma mesma cultura política da qual se pode dizer majoritariamente conservadora, autoritária e anticomunista. Podemos incluir nesta categoria o udenismo, o pessedismo, o castellismo, o pessepismo/ademarismo em São Paulo, também o catolicismo conservador, muito importante e, por fim, o arenismo. A ditadura foi instaurada contando com o apoio militante ou não de todas estas forças conservadoras.

minoritárias naquele momento, mas que portavam já elementos que se tornaram centrais na *metamorfose democrática* que a sociedade sofreria mais tarde.

De toda forma, acredito que para segmentos importantes da sociedade foi possível participar das festas organizadas pela ditadura com espírito leve e fagueiro e compartilhar seus propósitos e interpretações, na medida mesma em que a ditadura tentou, com êxito, se apresentar como ponte entre passado e futuro. Ou seja, o regime colocou-se em 1972 como *porta-voz* de valores patrióticos que os transcendia. Assim, no lugar de uma ruptura, representou, sob muitos aspectos, a possibilidade de manutenção das tradições, a continuidade. O sucesso das comemorações do Sesquicentenário reside, portanto, nesta capacidade de evocar o passado glorioso da Nação e, ao mesmo tempo, celebrar seu futuro/presente de conquistas, o momento de construção *ordeira* do progresso.

Enfim, tentei demonstrar que os grandes eventos que se sucederam em 1972: os Encontros Cívicos Nacionais; as filas que se formavam para visitar os despojos de D. Pedro I; as homenagens prestadas em alguns estados simultaneamente ao Imperador e ao ex-presidente Castelo Branco¹⁰ - em uma tentativa de colocar o Marechal ao lado do Imperador no Panteão dos heróis nacionais; os jogos da Taça Independência e os aplausos entusiasmados direcionados ao General Médici no Maracanã; as festa de encerramento das comemorações no dia 7 de setembro, foram todos eventos capazes de mobilizar importantes segmentos sociais, estabelecendo com eles frutífero diálogo. Explicações que se baseiem simplesmente no poder de *manipulação, propaganda e repressão* do Estado - dominantes nos discursos de memória - por vezes correm o risco de se contentar com maniqueísmos simples.

Acredito que seja importante dialogar com esta memória, buscando ultrapassá-la. Propondo a complexidade dos comportamentos, o estudo das comemorações de 1972 como espelho do *consenso* plural, diversificado que, longe de se constituir em unanimidade, refletia as inúmeras possibilidades de atitudes sociais diante da ditadura. Assim, podemos compreender melhor cenários como este:

Durante a semana passada, milhares de automóveis circularam pelas ruas de São Paulo com fitas verde-amarelas nas antenas, bandeiras nos vidros traseiros e, em muitos casos, visitantes de todas as cidades do país, atraídos pelo encerramento dos festejos do Sesquicentenário da Independência. Os hotéis ficaram sem lugares, os aviões repletos (...). Os prédios da Avenida Paulista, onde se realizou o desfile militar do dia 7, vestiram-se de bandeiras (...). No Museu do Ipiranga, uma multidão percorria os corredores em busca das relíquias da Independência. Enquanto isso, às margens do rio Tietê, cerca de 40.000 visitantes formigavam debaixo da estrutura metálica do palácio de exposições do Parque Anhembi, onde estavam expostos os troféus do desenvolvimento industrial e das exportações brasileiras (Veja, 1972, p. 12).

São esses atores sociais que, *rememorando o passado, festejavam o presente* que propus tomar como objeto neste artigo, para desta forma, compreender melhor a ditadura civil-militar, não como algo construído de cima para baixo, mas como um produto histórico da sociedade brasileira.

¹⁰ Refiro particularmente às homenagens prestadas ao Marechal Castello Branco no Ceará, seu estado natal. Para maiores detalhes; cfr. o capítulo 1 de minha tese de doutorado (Cordeiro, 2012).

Referencias bibliográficas:

- AARÃO REIS, Daniel. "A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso" in ROLLEMBERG Denise e Samantha VIZ QUADRAT. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*; v. 2 (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- AARÃO REIS, Daniel. "Entre ditadura e democracia – da modernização conservadora ao reformismo moderado, 1960-2010" in ID. (org.). *História do Brasil Nação, 1808-2010*, vol. 5; São Paulo, Companhia das Letras. [No prelo].
- AARÃO REIS, Daniel. "Stalin, stalinismo e sociedade soviética. Literatura & História" in ROLLEMBERG Denise e Samantha VIZ QUADRAT. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*; v. 1 (Europa). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005;
- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: o Sesquicentenário da independência do Brasil (1972)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.
- ALONSO, Gustavo. *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga*. Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical. Rio de Janeiro, Record, 2011.
- CARVALHO, Vinicius Mariano de. "Brasil, um país do futuro: projeções religiosas e leituras sobre um mote de Stefan Zweig", *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, dez. 2006. (pp. 30-42).
- CHIRIO, Maud. *Une nouvelle écriture du destin national. La commémoration de l'Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985)*. Mémoire de Maîtrise d'Histoire. Université Paris I. Paris, 2000/2001.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.
- CORRÊA, Antonio Jorge. *As Comemorações do Sesquicentenário*. Biblioteca do Sesquicentenário, 1972.
- FICO, Carlôs. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.
- Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional. Recorte de jornal, 03/03/1972.
- GELLATELLY, Robert. *No sólo Hitler. La Alemania nazi entre la coacción y el consenso*. Barcelona, Crítica, 2002.
- GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro, Mauad, 2009.

- KERSHAW, Ian. *L'opinion allemande sous le nazisme. Bavière 1933-1945*. Paris, CNRS Éditions, 2002.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- LABORIE, Pierre. "De l'opinion publique à l'imaginaire social". In: *Vingtième Siècle*. vol.18, num. 18, 1988.
- LABORIE, Pierre. *L'opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d'identité nationale (1936-1944)*. Paris, Éditions du Seuil, 2001.
- LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles. De la guerre d'Espagne a la Liberation*. Paris, Seuil, 2003.
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nosso caminho*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.
- MELO FILHO, Murilo. *O Milagre brasileiro*. Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1972.
- MORAES, Cleodir. *O Pará em festa: política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da "Adesão" (1973)*. Dissertação de Mestrado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.
- MUSIEDLAK, Didier. "O fascismo italiano: entre consentimento e consenso", in ROLLEMBERG Denise - Samantha Viz QUADRAT. (orgs). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. v. 1 (Europa); Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro, Ed. Puc e Apicuri, 2009.
- REICHEL, Peter. *La fascination du Nazisme*. Paris, Odile Jacob, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise - Samantha Viz QUADRAT. "Apresentação" in ROLLEMBERG, Denise e Samantha Viz QUADRAT. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. v. 1 (Europa). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- ROLLEMBERG, Denise. "Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)" in AARÃO REIS, Daniel e Denis ROLLAND (Org.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- SANI, Giacomo. "Consenso". in BOBBIO Norberto - Nicola MATTEUCCI - Gianfranco PASQUINO. *Dicionário de política*. Brasília, EdUnb, 4ªed., v.1, 1992.
- ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook, 2001. Disponível em: ebooksBrasil.com.

Janaina Martins Cordeiro é doutora em história pela Universidade Federal Fluminense e Pós-Doutoranda pela mesma instituição (bolsista CNPq). É autora do livro *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a ditadura no Brasil* (FGV, 2009).

Contato: janainamcordeiro@gmail.com

Recebido: 02/09/12
Aprobado: 07/12/12